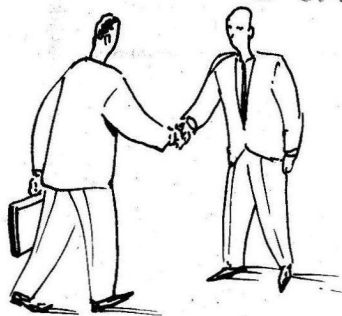


ESTADO DE SÃO PAULO

22 JAN 1992



Dívida Ext.

Renegociação com os bancos

Dois dias antes da reunião do board do FMI, o comitê de assessoramento dos bancos credores se reunirá com o representante do Brasil, Pedro Malan, para entendimentos que poderão influir na negociação da dívida externa, de US\$ 50 bilhões. Não se trata de uma reunião para fechamento do acordo, mas para definir a sua amplitude, uma vez que alguns banqueiros prefeririam adiar por um trimestre a negociação, ou buscar uma solução parcial.

Um fato é certo: o andamento da renegociação depende da obtenção de um crédito stand by com o FMI, porquanto será a partir deste acordo que poderemos dispor de recursos que ofereçam garantias aos novos papéis aceitos pelos bancos credores. Os recursos deverão provir não somente do FMI, como também do Bird, do BID e talvez do Japão.

Duas questões importantes, aliás ligadas, deverão ser resolvidas entre os bancos e o Brasil: a amplitude do acordo e o montante das garantias, assim como o cronograma. Alguns bancos mostram pressa em fechar o acordo, o que lhes permitiria reduzir as reservas que vêm fazendo em relação aos créditos

do Brasil. Outros preferem esperar um pouco mais para se certificar de que o País estará em condição de respeitar seu acordo com o FMI, o qual, para eles, será aceito no dia 29 pelo board da instituição.

O montante das garantias a serem oferecidas pelo Brasil constitui uma questão delicada. Nosso negociador já conseguiu uma grande vitória, por terem os bancos credores concordado finalmente em que tais garantias se referem apenas aos juros dos papéis a ser emitidos no processo de securitização da dívida e não ao principal. O Brasil está disposto a empregar US\$ 2 bilhões nessas garantias, tendo os bancos pedido o dobro. Na última rodada de negociação, encontrou-se uma solução que poderá reduzir o montante exigido pelos bancos: o encurtamento do prazo das garantias para menos de 18 meses. Agora, alguns bancos estão propondo apenas um acordo sobre parte da dívida e não sobre o total, sob o argumento de que, numa segunda fase, poderá o Brasil obter novos créditos do FMI e ampliar suas garantias. O governo brasileiro pretende um acordo global e, ao que tudo indica, o obterá.